

UTE GNA II Geração de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

UTE GNA II Geração de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da UTE GNA II Geração de Energia S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UTE GNA II Geração de Energia S.A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Fase pré-operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1 às Demonstrações Financeiras, a Companhia está em fase pré-operacional e, conseqüentemente não tem gerado fluxo de caixa para suas atividades. Portanto, os investimentos e os gastos incorridos pela Companhia estão sendo honrados por meio de suporte financeiro dos seus acionistas. As demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

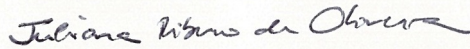
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Juliana Ribeiro de Oliveira
CRC RJ-095335/O-0

UTE GNA II Geração de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	3.640	145
Contas a receber	10	21	27
Adiantamentos		-	66
Despesas antecipadas	11	12.170	3.175
Impostos a recuperar	12	14	1
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	5	-
Total do ativo circulante		15.850	3.414
Não circulante			
Despesas antecipadas	11	3.901	6.503
Impostos diferidos	13	16.984	-
Imobilizado	14	24.390	8.704
Intangível	15	21	-
Total do não ativo circulante		45.296	15.207
Total do ativo		61.146	18.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA II Geração de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	16	834	1.698
Contas a pagar	10	47.650	24.417
Impostos e contribuições a recolher	17	611	1
Imposto de renda e contribuição social a recolher	17	<u>2</u>	<u>-</u>
Total do passivo circulante		<u>49.097</u>	<u>26.116</u>
Não circulante			
Contas a pagar	10	<u>1.553</u>	<u>-</u>
Total do passivo não circulante		<u>1.553</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido	18		
Capital social		3	2
Adiantamento para futuro aumento de capital		43.469	13.677
Prejuízos acumulados		<u>(32.976)</u>	<u>(21.174)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>10.496</u>	<u>(7.495)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>61.146</u></u>	<u><u>18.621</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA II Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(28.795)	(19.872)
Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment") e outras perdas	9	<u>(2)</u>	<u>-</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(28.797)</u>	<u>(19.872)</u>
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		79	2
Despesas financeiras		<u>(66)</u>	<u>(3)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(28.784)</u>	<u>(19.873)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	(2)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	<u>16.984</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(11.802)</u></u>	<u><u>(19.873)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA II Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(11.802)	(19.873)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total outros resultados abrangentes	<u>(11.802)</u>	<u>(19.873)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA II Geração de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019	2	13.677	(1.301)	12.378
Prejuízo do exercício	-	-	(19.873)	(19.873)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2	13.677	(21.174)	(7.495)
Prejuízo do exercício	-	-	(11.802)	(11.802)
Aumento de Capital - Siemens Participações	1	-	-	1
Conversão de mútuo em AFAC - Infra	-	20.766	-	20.766
Adiantamento para futuro aumento de capital - Infra	-	9.026	-	9.026
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3	43.469	(32.976)	10.496

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA II Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos	(28.784)	(19.873)
Itens de resultado que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	1	-
Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment") e outras perdas	2	-
Variação monetária	(34)	-
	<u>(28.815)</u>	<u>(19.873)</u>
Resultado líquido ajustado		
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:		
Impostos a recuperar	(20)	(1)
Despesas antecipadas	(6.393)	2.405
Adiantamentos	66	(66)
Contas a receber	4	(27)
Fornecedores	(830)	1.553
Contas a pagar	24.786	19.061
Impostos e contribuições a recolher	612	-
	<u>(10.590)</u>	<u>3.052</u>
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais		
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos		
Aquisição de bens do imobilizado	(15.686)	(4.515)
Aquisição de bens do intangível	(22)	-
	<u>(15.708)</u>	<u>(4.515)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital por acionista - Siemens Participações	1	-
Mútuo recebido e convertido em AFAC - Infra	20.766	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - Infra	9.026	-
Mútuo recebido - GNA HoldCo	-	1.588
	<u>29.793</u>	<u>1.588</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		
Aumento do caixa e equivalente de caixa	<u>3.495</u>	<u>125</u>
No início do exercício	145	20
No fim do exercício	<u>3.640</u>	<u>145</u>
Aumento do caixa e equivalente de caixa	<u>3.495</u>	<u>125</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A UTE GNA II Geração de Energia S.A. (“GNA II” ou “Companhia”) foi constituída em 21 de outubro de 2015 e em 8 de abril de 2019 foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Companhia que, passou de sociedade empresarial limitada para sociedade por ações de capital fechado, alterando a razão social de UTE GNA II Geração de Energia Ltda. para UTE GNA II Geração de Energia S.A. Possuía como controladoras Prumo Logística S.A (“Prumo”) e a Gás Natural Açú S.A. (“GNA HoldCo”) até outubro de 2020. Em 25 de novembro de 2020, foi realizada a transferência das ações da GNA II que eram da Prumo para a GNA HoldCo, em seguida houve a transferência da GNA HoldCo para Gás Natural Infraestrutura S.A (“GNA Infra”) e logo em seguida foram subscritas novas ações para a Siemens Participações S.A (“Siemens”).

Em dezembro de 2017, a "GNA II" venceu o leilão A-6, projeto de uma termelétrica com capacidade de 1.672,6 MW* que demandará investimentos de R\$5,6 bilhões*, com previsão de início das operações em 2024. Em 20 de outubro de 2020, a diretoria da ANEEL aprovou por unanimidade:

- (i) Alterar o cronograma de implantação da GNA II, de modo a concatenar com o cronograma de implantação da subestação Campos 2 – 500 kV*, considerando o prazo de 9 (nove) meses para comissionamento da Usina;
- (ii) Concatenar os respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”), de modo que o início do suprimento seja deslocado em 9 (nove) meses após a data de efetiva operação comercial da subestação Campos 2 – 500 kV*, sendo posterior a 1 de janeiro de 2023, e assim, se postergando as datas de início e fim dos CCEARs, preservando-se o equilíbrio e o prazo de vigência contratuais;
- (iii) Vincular a obrigação de pagamento dos Encargos e Uso dos Sistemas de Transmissão (“EUST”) associados à GNA II à disponibilização das instalações da subestação Campos 2;
- (iv) Limitar os períodos de concatenação de que tratam os itens (i) e (ii) a, no máximo, 9 (nove) meses após o prazo contratual de entrada em operação comercial da subestação Campos 2 - 500 kV*, definido como 22 de março de 2024.

Em novembro de 2020, a UTE GNA II celebrou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um contrato de financiamento de longo prazo no valor de R\$ 3,930 bilhões para a construção da usina termelétrica. O contrato divide-se em 3 tranches: a primeira referente a gastos com serviços e equipamentos nacionais com juros de IPCA + 4,64%, a segunda e terceira referentes a equipamentos importados sem similar nacional com juros de IPCA + 5,45% e IPCA + 8,00%.

- (*) Informações não auditadas

a. COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou que o surto de coronavírus se caracteriza como uma pandemia. As consequências da pandemia aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e há impactos diretos e indiretos, dentre eles o principal sendo um atraso face ao cronograma original, com o início das obras esperado para o segundo semestre de 2021. O cronograma do projeto e condições comerciais com os principais fornecedores estão sendo revisados com vista a mitigar potenciais impactos financeiros futuros no projeto que à data não se materializaram.

Em âmbito federal, os Decretos nº 10.282/20, 10.292/20 e 10.329/20 trataram as atividades de geração de energia elétrica (incluídas as respectivas obras de engenharia), de óleo e gás e de logística de cargas como atividades essenciais que precisam continuar operando durante um estado de exceção.

Todas as empresas do Grupo GNA (GNA HoldCo, GNA Infra, GNA I e GNA II) implantaram regimes especiais de operação para minimizar as chances de paradas totais de suas atividades, além de outras medidas para minimizar o contágio de seus colaboradores.

Foi implantado um Comitê de Gestão de Crise envolvendo todas as empresas do Grupo GNA para identificar riscos às operações e à continuidade dos negócios, avaliar diferentes cenários e traçar planos de ação para mitigar os riscos levantados. Neste comitê foram criados 5 grupos de trabalho para focar em temas específicos:

- Segurança, Meio Ambiente e Resposta à Emergências;
- Pessoas, Saúde e Comunicação Interna;
- Mercado e Clientes;
- Finanças, Controladoria e Tesouraria; e
- Operações e Suprimentos.

Desde então há um monitoramento diário dos principais riscos levantados por cada um desses grupos, incluindo, dentre outros, impactos relacionados a:

- cadeia de suprimentos e demanda por produtos ou serviços;
- capacidade de honrar com os compromissos de pagamento;
- risco de crédito: inadimplência ou pedidos de renegociação contratual;
- capacidade da empresa de manter as operações em pleno funcionamento; e
- redução de produtividade dos colaboradores e stakeholders relacionada a questões de saúde e segurança.

Diversas medidas preventivas foram e continuam sendo adotadas em cada uma das empresas do Grupo.

A administração da GNA II vem negociando com agentes financiadores, em um cenário de prosseguimento do projeto sem mudanças na continuidade do negócio.

b. SPIC Brasil

Em 7 de agosto de 2020, a SPIC Brasil, subsidiária da State Power Investment Corporation da China (SPIC), assinou um contrato vinculante para adquirir 33% dos projetos termelétricos UTE GNA I Geração de Energia S.A.(GNA I) e GNA II. As duas usinas, a gás natural, somarão uma capacidade instalada de 3 gigawatts (3 GW*) e pertencem a Gás Natural Açú S.A. (GNA Holdco), uma joint venture entre a Prumo Logística S.A. (controlada pela EIG), BP Global Investments (BP) e a Siemens Participações S.A. O fechamento do contrato estava sujeito ao cumprimento de certas condições precedentes comuns a este tipo de transação as quais foram cumpridas integralmente em Janeiro de 2021.

(*) Informação não auditada

Licenças e autorizações

A Companhia possui licenças ambientais preliminares para até 1,7 GW em termelétrica em ciclo combinado.

Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Autorização de Supressão de Vegetação de 4,27 ha de restinga arbustiva em estágio médio de regeneração.	ASV nº 20339202005699	14/01/2020	-
Licença de Instalação para Usina Termelétrica movida a gás natural, denominada UTE GNA Porto do Açú III, com capacidade instalada de 1.672,6 MW em ciclo combinado.	LI nº IN050962	16/01/2020	16/01/2025
Autorização Amiental para Levantamento de fauna silvestre na região de instalação da Linha de Transmissão LT-500 kV Açú- Campos.	AA nº IN006481	21/05/2020	21/05/2022
Autorização de Supressão de Vegetação de 0,282 ha de vechetação de restinga localizada na Fazenda Saco Dantas, S/N, São João da Barra - RJ (Complexo Industrial do Açú)	ASV nº 20339202012821	25/05/2020	25/05/2022
Licença Prévia e de Instalação para Canteiro de obras temporário em área de aproximadamente 159.000 m ² (fase 3) no Parque Termelétrico da Gás Natural Açú.	LPI Nº IN006749	25/06/2020	25/06/2026
Licença Prévia para a implantação de uma linha de transmissão de 500kV Açú - Campos 2, com 37,42km de extensão e faixa de servidão de 64 metros, que visa interligar a usina termelétrica UTE GNA Porto do Açú III (Setor Especial do Porto do Açú - SEPA) à Subestação SE Campos 2 - 500kV.	LP Nº IN051729	05/11/2020	04/11/2025
Fica alterado o objeto para: Instalação de Usina Termelétrica movida a gás natural, denominada UTE GNA Porto do Açú III (UTE GNA II), com capacidade instalada de 1.672,6MW em ciclo combinado, Subestação 500kV (SE UTE GNA II) e Subestação de interligação.	AVB004488 (Averba a LI Nº IN050962)	10/11/2020	16/01/2025
Fica incluída a condição de validade nº 26: 26-Celebrar Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), nos termos previstos na Lei Estadual nº 6.572/2013, alterada pela Lei Estadual nº 7.061/2015 e na Resolução Inea nº 127/2015, antes da eventual emissão da Licença de Instalação, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.2000, publicada no D.O.U. de 19.07.2000. Para o efeito de compensação ambiental, deverá ser aplicado o valor correspondente a 0,36036% do valor total de investimentos para implantação do empreendimento, não incluídos no cálculo da compensação ambiental os itens previstos no parágrafo segundo do artigo 1º da Lei Estadual nº 6.572/2013	AVB004504 (Averba a LP Nº IN051729)	26/11/2020	04/11/2025

c. Continuidade operacional

O Projeto da GNA II visa a construção de uma termelétrica de ciclo combinado a gás com capacidade de 1.672,6 MW*, além de fazer parte do desenvolvimento do chamado “Açú Gas Hub”, localizado estrategicamente no nordeste do estado do Rio de Janeiro, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos.

A Companhia auferiu prejuízo no montante de R\$11.802 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$19.873 em 31 de dezembro de 2019), e nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$33.247 (Capital circulante líquido negativo de R\$22.702 em 31 de dezembro de 2019). Em função dessa situação, a Administração avaliou se a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. A avaliação da Companhia considerou os seguintes fatores:

- Em 21 de fevereiro de 2020, a Companhia assinou o acordo de acionistas que tem como finalidade regular governança da GNA II, bem como os compromissos de aporte de seus acionistas através de aumento de capital e AFAC. O acordo de acionistas foi atualizado em Janeiro de 2021 como parte do fechamento da aquisição de 33% da GNA II pela SPIC.
 - A Companhia obteve a aprovação do BNDES de R\$ 3,93 bilhões para a construção da termelétrica, conforme informado na nota n.º 1 Contexto operacional.
 - Celebração de acordos técnicos e comerciais firmados para construção e implantação do projeto da termelétrica. Estes contratos foram assinados em janeiro de 2020, porém estão sendo discutidas algumas cláusulas comerciais, conforme informado na nota explicativa 23:
- **Engineering, Procurement and Construction (EPC)** – Celebrado entre, de um lado, GNA II, e, do outro, Siemens Aktiengesellschaft, Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e AG Construções e Serviços S.A., em 21 de janeiro de 2020, cujo escopo é a implantação de uma usina termelétrica de ciclo combinado, a gás natural, na localidade do Porto do Açú, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.
 - **Operação e Manutenção (O&M)** – Celebrado entre, de um lado, GNA II, e, do outro, Simens Ltda. e Siemens Energy, Inc., em 21 de janeiro de 2020, cujo escopo é o fornecimento de partes sobressalentes e a prestação de serviços de operação e manutenção da usina termelétrica de ciclo combinado, a gás natural pelo prazo de 25 anos.
 - **Long Term Maintenance Program (LTMP)** – Celebrado entre, de um lado, GNA II, e, do outro, Siemens Energy, Inc., Siemens Power Generation Service Company, Ltd. e Siemens Ltda., em 21 de janeiro de 2020, cujo escopo é a prestação de serviços de manutenção para as turbinas a gás, turbinas a vapor e geradores, bem como o fornecimento de partes e componentes relacionados, pelo prazo de 25 anos, referentes à usina termelétrica de ciclo combinado, a gás natural.
 - **Sale and Purchase Agreement (SPA)** – Celebrado entre GNA II e BP Gas Marketing Limited em 21 de janeiro de 2020, cujo escopo é a compra e venda/fornecimento de gás natural liquefeito (GNL), que será abastecido na Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação (FSRU) afretada pela UTE GNA I Geração de Energia S.A. para o fornecimento de gás natural. .
 - **Allocation agreement (AA)** – Contrato celebrado entre BP Gas Marketing Limited, UTE GNA I Geração de Energia S.A. e GNA II em 21 de janeiro de 2020, cujo escopo é a definição de procedimentos para gestão do inventário de GNL armazenado na FSRU.

Além desses fatores, a avaliação da Administração considerou ainda o plano de negócios da Companhia, o qual foi elaborado tendo por base estudos técnicos de viabilidade que indicam, face aos contratos já firmados com receitas fixas, a plena capacidade de recuperação dos prejuízos acumulados e início da construção da termoeletrica previsto para meados de 2021.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base em continuidade operacional.

(*) Informação não auditada

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e também as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 27 de março de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

4 Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras da Companhia. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

As informações sobre as incertezas relacionados a julgamentos e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 13** - reconhecimento de impostos de renda e contribuição social diferidos e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser utilizados;

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

Uma série de novas normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. Dentre elas: alterações ao CPC 15/IFRS 3, alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8 e alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros*

O ativo financeiro inclui caixa e equivalente de caixa e contas a receber entre partes relacionadas.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um contas a receber de partes relacionadas sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

(ii) *Passivos Financeiros*

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, e serão deduzidos de depreciação acumulada após início das operações. Também serão reduzidos por eventuais perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui, o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração.

A Companhia classificará como obras em andamento todas as obras civis ocorridas durante a fase de construção e instalação até o momento em que entrarem em operação, quando serão reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação.

c. Intangível

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment), quando aplicável.

As vidas úteis estimadas do ativo intangível são as seguintes:

Licença de uso de Software

5 anos

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

e. Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

f. Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

g. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

h. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020.

A Companhia está avaliando os impactos das seguintes normas e interpretações não e não é esperado que haja impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37).
- Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16).
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e CPC 23 / IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

9 Caixa e equivalente de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	15	10
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras (a)	3.628	135
	3.628	135
	3.643	145
Provisão de perda esperada (b)	(3)	-
Total	3.640	145

- (a) O saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2020 é composto por CDB no Santander, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

- (b) As perdas financeiras estimadas foram calculadas com base nas taxas de perda de um estudo de Corporate Default publicado pela S&P em 07 de abril de 2020, referente a 15 anos de dados coletados pela mesma sobre o risco de default de empresas em cada nível de rating.

O caixa e equivalentes de caixa são detidos com contrapartes bancárias e financeiras, que foram agrupados em 5 níveis, separados entre AAA e BB de acordo com seu rating na Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's. Conforme apresentado na tabela abaixo, as contrapartes em que a Companhia possui saldos em aberto em 31 de dezembro de 2020 são classificadas em AAA, com base na média de suas classificações nas empresas de rating listadas acima.

A posição de perda estimada no caixa e equivalentes de caixa foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco:

Nível de Risco	Rating	Saldo Bruto	Taxa de perda (1)	Provisão de Perda
Nível 1	AAA	3.628	0,01%	(3)

- (1) Taxa de Perda considera o Global Corporate Average Default Rate para 1 ano divulgado pela S&P em 07/04/20.

A movimentação da perda estimada no ano de 2020 foi:

Saldo em 1 de janeiro de 2019	_____	-
Adição	_____	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	_____	-
Adição	_____	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	=====	(2)

10 Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação. A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devam monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, são decorrentes de transações da Companhia com seus acionistas membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	2020	2019
Ativo:		
Contas a receber		
GNA Infra – Acionista direto (a)	13	27
GNA HoldCo – Acionista indireto (a)	2	-
UTE GNA I – Investida do acionista (a)	6	-
Total do ativo	21	27
Passivo:		
Contas a pagar		
GNA HoldCo – Acionista indireto (a)	6.946	5.977
GNA Infra – Acionista direto (a)	2.565	1.545
UTE GNA I – Investida do acionista (a)	38.139	14.227
Prumo Logística S.A – Controladora do acionista indireto (b) e (c)	1.548	1.540
Porto do Açú Operações S.A – Investida do acionista (b)	5	5
Lakeshore – Membro do pessoal chave do acionista (d)	-	1.123
Total	49.203	24.417
Contas a receber		
Circulante	21	27
Não circulante	-	-
Total	21	27
Contas a pagar		
Circulante	47.650	24.417
Não circulante	1.553	-
Total	49.203	24.417
Resultado:		
Despesas compartilhadas	2020	2019
GNA HoldCo – Acionista indireto (a)	(2.555)	(3.294)
GNA Infra – Acionista direto (a)	(710)	(1.284)
UTE GNA I - Investida (a)	(23.906)	(14.227)
Prumo Logística S.A – Controladora do acionista indireto(b)	(7)	(6)
Porto do Açú Operações S.A – Investida do acionista (b)	-	(5)
Total	(27.178)	(18.816)

- (a) Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal e outras despesas entre as empresas do grupo GNA;
- (b) Reconhecimento de despesas com pessoal e outras despesas gerais ocorridas entre GNA II x Porto do Açú x Prumo;
- (c) Compra de licença de funcionamento da Eneva S.A. através da Prumo;
- (d) Assessoria financeira para o leilão e financiamento.

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	2020	2019
Diretores		
Gastos compartilhados com honorários de diretoria (a)	<u>(1.955)</u>	<u>(1.517)</u>
Total	<u>(1.955)</u>	<u>(1.517)</u>

- (a) São valores relacionados aos gastos com diretoria nas empresas GNA HoldCo, GNA Infra e UTE GNA I e que foram repassados para a Companhia.

11 Despesas antecipadas

	2020	2019
Prêmio de seguros (a)	6.502	9.102
Custo de transação (b)	<u>9.569</u>	<u>576</u>
Total	<u>16.071</u>	<u>9.678</u>
Circulante	12.170	3.175
Não circulante	<u>3.901</u>	<u>6.503</u>
Total	<u>16.071</u>	<u>9.678</u>

- (a) Prêmios de seguros conforme requisito do edital do leilão ANEEL 005/2017.
- (b) Custo de transação para obtenção de financiamentos da térmica. Os montantes são apresentados no ativo circulante até que ocorra a captação efetiva dos recursos de financiamentos, onde serão então, a partir desse momento, reclassificados para o passivo, como contas redutoras do saldo passivo dos empréstimos.

12 Impostos a recuperar

	2020	2019
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	<u>14</u>	<u>1</u>
	<u>14</u>	<u>1</u>
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	<u>5</u>	<u>-</u>
Total	<u>19</u>	<u>1</u>

13 Impostos diferidos

	2020	2019
Impostos diferidos ativos	16.984	-
Total	16.984	-
	Impostos diferidos ativos	Impostos diferidos passivos
Saldo em 1º de janeiro de 2020	-	-
Despesas pré-operacionais	16.984	-
Saldo em 31 de dezembro 2020	16.984	-
	2020	2019
Prejuízo contábil antes dos impostos	(28.784)	(19.873)
Alíquota imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social (base x alíquota)	9.787	6.757
Ajustes para derivar a alíquota efetiva:		
Créditos fiscais sobre prejuízo fiscal	-	(6.757)
IRPJ / CSLL diferidos exercícios anteriores	7.192	-
Outros	3	-
Total do Imposto de renda e contribuição social do exercício	16.982	-
Corrente	(2)	-
Diferido	16.984	-
Total	16.982	-
	(59,00) %	0%

Estudos técnicos de viabilidade indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma iniciará as operações em 2024.

14 Imobilizado

	Obras em andamento (*)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	4.190	4.190
Adições	4.514	4.514
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.704	8.704
Adições	15.686	15.686
Saldo em 31 de dezembro de 2020	24.390	24.390

(*) Obras em andamento: O saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2020 é composto por valores de licenças de funcionamento da GNA II, capitalização de seguros e consultorias diretamente relacionadas às obras.

15 Intangível

	Licenças de software	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	<u>-</u>	<u>-</u>
Adições	22	22
Amortização	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>21</u>	<u>21</u>
Custo	22	22
Amortização	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>21</u>	<u>21</u>
Vida útil	<u>5 anos</u>	<u>-</u>

16 Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores nacionais	834	1.698
Total	<u>834</u>	<u>1.698</u>

17 Impostos e contribuições a recolher

	2020	2019
Imposto sobre serviço ("ISS")	239	-
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	91	1
PIS/COFINS/ CSLL - retenção	<u>281</u>	<u>-</u>
Total	<u>611</u>	<u>1</u>
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	<u>2</u>	<u>-</u>
Total	<u>613</u>	<u>1</u>

18 Patrimônio líquido

	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	Quantidade de ações ordinárias (mil)	% participação	Quantidade de ações ordinárias (mil)	% participação
Acionistas				
Prumo Logística	-	-	1	50,50%
GNA HoldCo	-	-	1	49,50%
GNA Infra	2	66,99%	-	-
Siemens	<u>1</u>	<u>33,01%</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	3	100,00%	2	100,00%

b. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$3, representado por 2.987 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$2, representado por 2.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2019). Os aportes de aumento de Capital Social, conforme descrito na nota explicativa nº 1, efetuados no período estão demonstrados conforme abaixo:

	Acionista				Capital Social
	Prumo Logística	GNA HoldCo	GNA INFRA	Siemens	
01/01/2020	1	1	-	-	2
25/11/2020	(1)	(1)	2	1	1
Total	-	-	2	1	3

c. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2020, a acionista GNA Infra tem aportado na GNA II, através de Instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”), o montante de R\$ 43.469. Tal instrumento é irrevogável e irretroatável, e conversível em uma quantidade de ações, respeitando-se o seu valor nominal. Os aportes de AFAC efetuados no período estão demonstrados conforme abaixo:

Saldo Inicial	Acionista				AFAC
	Prumo Logística	GNA HoldCo	GNA INFRA	Siemens	
01/01/2020	6.907	6.770	-	-	13.677
19/11/2020	-	-	9.026	-	9.026
25/11/2020 (i)	(6.907)	(6.770)	13.677	-	-
25/11/2020 (ii)	-	-	1.588	-	1.588
25/11/2020 (iii)	-	-	19.178	-	19.178
Total	-	-	43.469	-	43.469

- (i) Cessão do direito de titularidade do AFAC entre Prumo, HoldCo e Infra.
- (ii) Conversão do mútuo em AFAC GNA HoldCo R\$ 1.588 ;
- (iii) Conversão do mútuo em AFAC GNA Infra R\$ 19.178

d. Dividendos

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou prejuízo não havendo distribuição de dividendos.

19 Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Pessoal	(23.875)	(14.982)
Despesas jurídicas	(455)	(995)
Consultoria e auditoria	(1.314)	-
Impostos, multas e taxas	(49)	(71)
TI e telecom	(1.447)	(32)
Comunicação e assuntos institucionais	(289)	(7)
Despesas ambientais e fundiárias	(6)	(96)
Viagens	(416)	(772)
Serviços administrativos	(298)	(1.991)
Serviços operacionais	(26)	(26)
Seguros	(240)	(15)
Depreciação e amortização	(1)	(23)
Despesas gerais e manutenção	(37)	(885)
Outros serviços de terceiros	(342)	(2)
Outras despesas	-	25
Total	(28.795)	(19.872)

20 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(2)	(3)
Comissões e corretagens	(1)	-
Juros e multas	(96)	-
Variação cambial	33	-
	(66)	(3)
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	79	2
	79	2
Resultado financeiro líquido	13	(1)

21 Instrumentos Financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

21.1 Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito.
- b. Risco de mercado.
- c. Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

a. Risco de Crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalente de caixa.

b. Risco de Mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

c. Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer perdas, devido a flutuações nas taxas de juros anuais e IPCA de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas aos rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

21.2 Estimativa de valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia;
- Nível 2 - Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

	Nível	2020		2019	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		3.661	3.661	172	172
Caixa e equivalente de caixa	1	3.640	3.640	145	145
Contas a receber com partes relacionadas	2	21	21	27	27
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		48.484	48.484	26.115	26.115
Fornecedores	2	834	834	1.698	1.698
Contas a pagar com partes relacionadas	2	47.650	47.650	24.417	24.417

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil.

22 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as coberturas de seguros são as seguintes:

	2020	2019
Garantia de performance	207.499	207.499

23 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui compromissos assumidos de compras futuras na Controladora impactando suas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

	2020	2019	Descrição
Ativo			
Imobilizado/Intangível			
Obras em andamento (*)	<u>35.823</u>	<u>1.535</u>	Gastos com desenvolvimento de projetos (consultoria, assessoria financeira e jurídica)
Total	35.823	1.535	
Resultado			
Despesas Gerais e Administrativas	<u>6.997</u>	<u>3.433</u>	Contrato de agência de viagens, serviço de brigada de emergência
Total	42.820	4.968	

(*) Existem contratos já assinados, conforme mencionado na nota explicativa 1, que estão vigentes, porém se encontram em renegociação de algumas cláusulas comerciais e possuem condições precedentes para que ocorram obrigações entre as partes e por isso, não são apresentados nesta nota.

24 Eventos subsequentes

SPIC

Em 28 de janeiro de 2021, foi concluída a operação em que a SPIC passou a deter 33% dos projetos termelétricos GNA I e GNA II.

Na data da assinatura do contrato, a GNA HoldCo detinha o controle da GNA II, com 49,50% das ações da companhia. Uma etapa anterior a à conclusão da transação foi a transferência de 67% das ações da GNA II para GNA Infra. Com a execução da transação a participação da GNA Infra na GNA II será diluída em 33% pela entrada da SPIC (emissão de 49% de novas ações da GNA II a serem atribuídas para a SPIC), que levará a GNA Infra a um percentual de participação de 45% na GNA II com a consequente perda do controle, uma vez que não há acordo para preponderância nas decisões.

A composição final do capital após as movimentações societárias será a seguinte:

	Participação
GNA Infra	44,88%
SPIC Brasil	33,00%
Siemens	<u>22,12%</u>
Total	100,00%